

COLUNA DO CASTELLO

As alternativas
de José Sarney

O Vice-Presidente José Sarney poderá a qualquer momento, dada a aparente irreversibilidade do estado de saúde do Presidente Tancredo Neves, investir-se no exercício definitivo da Presidência da República. Tal perspectiva põe na ordem do dia alguns problemas de cuja solução dependerão o futuro, os rumos e a durabilidade do Governo da ainda Nova República. Esses problemas vão a seguir alinhados:

1. Mandato. Investindo-se na Presidência, o Sr. José Sarney, segundo a Constituição, terá pela frente um mandato de seis anos. Mas um compromisso do Sr. Tancredo Neves, de redução desse prazo nos termos do acordo da Aliança Democrática, limitará esses seis anos a quatro, embora ainda seja possível, na Constituinte, uma negociação para cinco. O Sr. Sarney herda o compromisso dos quatro. Mas isso não esgota a questão: a redução do seu mandato a dois anos é pleiteada pelo PDT e pelo PT e, politicamente, pode interessar a três eventuais candidatos, os Srs. Ulysses Guimarães, Franco Montoro e Aureliano Chaves. Apesar dos pronunciamentos líquidos em favor da Constituição e da Aliança Democrática (General Leônidas, juristas, intelectuais e políticos não aspirantes no momento à Presidência) é de supor-se que seja tentado o debate em torno da matéria.

2. Programa. O Sr. Sarney assume o Governo sem um programa, embora com diretrizes inscritas no pacto da Aliança. Esse pacto envolve medidas nem sempre conciliáveis a curto e médio prazos, como um programa de emergência, a prioridade ao combate à inflação, a redução dos gastos públicos, a reativação da economia, a criação de empregos, a negociação da dívida externa sem imposição de novos sacrifícios sociais. O Sr. Tancredo Neves definiu três prioridades: a redução da inflação, o pacto social e o plano de emergência. O combate à inflação, confiado ao Ministro da Fazenda e por ele conduzido, assumiu a dianteira nas medidas de redução dos gastos públicos e na negativa de recursos a outros programas de Governo. O de emergência tem fontes de recursos contestadas pelo Ministro, embora seus defensores aleguem que os recursos são os já alocados no orçamento, que deveriam ser desburocratizados, e os excessos de arrecadação, que é da natureza dos Ministros da Fazenda manter em sigilo, para aí ter uma fonte para cobrir imprevistos. Mas, ao lado do programa de emergência, a ala progressista da Aliança dá ênfase ao pacto social, que o Senador Albano Franco admite negociar, mas que ainda não teve sua negociação dinamizada pelo Governo. O Deputado João Hermann diz que essa é a ênfase principal dos progressistas da Aliança.

3. Ministério. Investindo-se da Presidência em caráter definitivo, o Presidente José Sarney poderá manter seu ministério, ou não. A equipe, como se sabe, é uma construção pessoal do Sr. Tancredo Neves, que atendeu ao PMDB, ao PFL, à dissidência do PDS, reservando-se uma cota pessoal para preenchimento por seus próprios critérios. Nessa cota incluem-se a Fazenda, a chefia do Gabinete Civil, o Governo do Distrito Federal e o Ministério do Interior (embora não explicitamente). Ao conjunto o Presidente eleito imprimiu uma marca conciliatória, mais ao centro do que à esquerda. É o seu tom, e o Ministro da Fazenda por ele escolhido é o executor das suas prioridades em matéria financeira. O Sr. Tancredo Neves considerava-se, no fundo, o seu próprio Ministro da Fazenda e o seu próprio Ministro-Chefe do Gabinete Civil, postos ocupados por executores da sua estrita confiança. Num primeiro momento, haverá um pedido de demissão coletiva do ministério, mas o provável é que, passado o período de luto, o Sr. Sarney preencha as pastas ocupadas sob critério pessoal, a não ser que se veja bem interpretado na execução dos gestores tancredistas daqueles setores. E há outras pastas políticas em jogo.

4. Os escalões. Há a questão da nomeação dos escalões secundários da administração. Os cargos que não foram preenchidos, em atenção a compromissos não explicitados do Presidente eleito, não mais o serão, a não ser em função de novos critérios. Se o Sr. Sarney tem de ficar definitivamente, é natural que ele queira armar o seu próprio Governo, e não o do Sr. Tancredo Neves ou o dos Ministros pré-escolhidos. Nova avaliação terá de ser feita e novo ordenamento deverá surgir. A própria base política do Governo poderá ampliar-se com a incorporação do PDS e de outros grupos. O Sr. Sarney mantém a questão, daqui por diante, em fogo lento, mas em função do seu próprio interesse e não do interesse do xadrez tancredista.

5. Ideologia. Dentro dessa seleção de problemas, há a considerar que o Presidente que suceder ao Sr. Tancredo Neves terá de fazer opções de conteúdo ideológico, tanto podendo fechar com a linha Dorneles, conservadora, pelo menos no primeiro tempo, quanto com a linha progressista. Uma ou outra dessas opções poderá fender a Aliança Democrática. A ala progressista dará todo o apoio a Sarney, mas dentro de fatos definidos, conforme tem sido discutido com os Ministros Sayad e Marco Maciel. O centro-conservador está na linha Dorneles, com ou sem a continuação do Ministro.

Espera-se do Sr. José Sarney, depois da sua investidura definitiva, um ritmo acelerado nas decisões, para cobrir o período perdido menos por indecisões do que pelo dever político e moral de aguardar o desenvolvimento do estado de saúde do Presidente eleito.

CARLOS CASTELLO BRANCO